



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640073 - PR (2021/0012906-7)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
MONIA REGINA DAMIÃO SERAFIM - SP291493
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MARILDA APARECIDA MOREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de MARILDA APARECIDA MOREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Agravamento regimental n. 1628672-7/01).

A paciente encontra-se presa em cumprimento da reprimenda total de "30 anos, 7 meses e 6 dias, em regime fechado na Cadeia Pública Hildebrando de Souza em Ponta Grossa-PR" (e-STJ fl. 4) e, após a unificação das penas, teve fixada como data-base para progressão de regime o dia do trânsito em julgado da sua última condenação.

A impetrante afirma que *"tomar o trânsito em julgado ou a unificação de penas como data-base para a progressão de regime ofende diretamente o princípio da legalidade, pois não há nenhuma previsão em lei tratando aqueles eventos como marcos interruptivos da contagem do tempo para a progressão"* (e-STJ fl. 6).

Requer, liminarmente, que seja considerada como data-base para progressão de regime o dia da última prisão (28/7/2016). No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência